

Comissão do DF pode intervir no caso Skol

A Comissão do Distrito Federal no Senado vai apreciar hoje a proposta do senador Itamar Franco no sentido de convocar o antigo e o atual superintendente da Companhia de Água e Esgotos de Brasília (Caesb) para prestarem esclarecimentos sobre o acordo realizado com a Cervejarias Reunidas Skol-Caracu S/A, hoje de propriedade da Brahma. O caso, levantado pelo Jornal de Brasília, repercutiu intensamente no meio parlamentar, segundo admitiu ontem o senador Lázaro Barboza (PMDB-GO), "principalmente pelo inusitado da questão, uma vez que não é normal o poder público desistir da cobrança de tributos". Lázaro Barboza comentou ainda que o fato foi considerado "muito grave" pelo senador Itamar Franco, que é o relator da Comissão.

Desta forma, caso seja aprovado seu requerimento, Arino Othon de Lima, ex-superintendente da Caesb e Arnaldo Corrêa Rabello, seu atual superintendente, deverão em breve prestar contas à Comissão", o primeiro por ter desistido da ação judicial de cobrança do tributo e o segundo por defender o mesmo ponto de vista", segundo explicou Lázaro Barboza.

"Depende do GDF acatar sentença"

"Não acredito que o Governo do Distrito Federal venha a acatar essa sentença, pois, de acordo com o artigo 82, inciso três, do Código de Processo Civil (Código Buzaid), compete ao Ministério Público intervir em todas as demais causas em que há interesse público evidenciado pela natureza da lid ou qualidade da parte, o que parece não ter sido levado em consideração nesse caso". Essa informação foi prestada ontem pelo procurador-geral da Justiça do Distrito Federal, Dimas Ribeiro da Fonseca, ao tomar conhecimento de que o Acordo e Transação, firmado em 14 de dezembro de 1979 pela diretoria da Caesb e a diretoria da Skol, foi homologado pelo juiz de Direito Romildo Bueno de Souza (hoje ministro do STR), sem que conste dos autos do processo nenhum parecer do Ministério Público sobre o caso.

Por esse acordo, a Caesb abriu mão do prosseguimento de todos os feitos judiciais e administrativos que se encontravam em juízo contra a Skol, perdendo aquela companhia de cerveja, hoje incorporada à Brahma, de suas dívidas pelo consumo de água e serviço de esgotos desde 1969, data em que a Skol se instalou no Gama, passando a Caesb a se comprometer a cobrar as tarifas de água somene a partir de outubro de 1979, portanto assumindo 10 anos de fornecimento de água gratuita, além de requerer o imediato arquivamento das ações contra a Skol e suas

baixas na Justiça do Distrito Federal.

FATOS

Segundo o procurador Dimas da Fonseca, "ao que tudo indica, esse caso não dispensava a intervenção do Ministério Público, sendo a Caesb um ente público que devia ter recebido assistência daquele Ministério". Disse ele, ainda, que o Curador de Residos da 2ª Vara da Fazenda Pública tem o poder de requisitar os autos a vista pessoal e, se isto não aconteceu, o prazo não corre, podendo a qualquer momento ser pedido vista por parte do Curador.

Muitos juristas em atividade no Palácio da Justiça, ontem, estranharam também o fato de a Caesb não ter colocado em execução a sentença que lhe dava o direito de cortar a água da Cervejarias Reunidas Skol-Caracu S/A por falta de pagamento, pois, por unanimidade, o acordão registrado sob o número 6864, de 22 de outubro de 1979, reformou a decisão do juiz Romildo Bueno (que havia concedido uma liminar a Skol para que essa continuasse a receber água da Caesb), dizendo que a água não podia ser fornecida gratuitamente a uma indústria.

Alguns desembargadores da Justiça do Distrito Federal chegaram a tecer comentários irônicos sobre o fato de a Caesb, ao invés de colocar em prática a sentença judicial publicada no acordão, ter preferido, dois meses depois, firmar um "acordão" com a diretoria da Skol.

Para secretário, acordo foi bom

O secretário de Serviços Públicos, José Geraldo Maciel, (foto) justificou ontem o acordo firmado entre a Caesb e a Skol — pelo qual esta última ficou isenta de pagar uma dívida da Cr\$ 20 milhões pelo uso exclusivo da água do córrego Crispim, localizado no Gama — alegando que "foi o melhor caminho possível para a solução do impasse que existia entre a Caesb e aquela empresa".

Segundo ele, apesar de a Skol ter usufruído da água desde 1969, depois de determinação baixada pela Novacap na época, só a partir de 1977, "quando a própria Caesb levantou o problema", é que a dívida passou a ser computada, totalizando até hoje o valor de Cr\$ 2 milhões e 200 mil cruzeiros.

De acordo com o secretário, a principal vantagem do acordo firmado entre a Caesb e a Skol no ano passado é o fato dele ter obrigado a cervejaria a reconhecer o direito da Caesb de cobrar a taxa da água a partir de outubro de 1979. "Desde então, a Caesb teve sua receita acrescida de Cr\$ 600 mil cruzeiros".

Dentro do raciocínio de Maciel, para a Caesb foi muito mais vantajoso esquecer a dívida, pois do contrário o caso ainda estaria em tramitação na justiça, sem perspectiva de uma solução final a curto ou médio prazo. "Enquanto a justiça não se manifestasse, a Caesb não só ficaria sem receber um tostão como também a Skol continuaria com direito ao uso da água do córrego".

Por outro lado, segundo o secretário, por ocasião do acordo firmado em 1979, não competia à Caesb pedir autorização ao GDF para adotar qualquer procedimento. "Ela é uma empresa pública e teve plena liberdade de ação para fazer o acordo independentemente de qualquer consulta. Para tanto, a Caesb se baseou em parecer de sua assessoria jurídica".

Para ilustrar seu pensamento, Maciel bolou uma história, que, segundo ele, demonstra que o acordo foi uma alternativa de bom senso; "imagine três indivíduos, dois amigos, um em débito com o outro, e o terceiro como mediador. Aquele que tem dinheiro a receber está em



péssima situação financeira e precisa resolver sua situação a curto prazo. Nada mais natural que, nesse caso, fosse feito um acordo de modo a satisfazer ambas as partes, e diminuir o tempo que a questão demoraria para ser solucionada na justiça".

Segundo Maciel, não só a Caesb, mas todos as empresas de saneamento do Brasil, estão em situações financeiras comprometedoras e, portanto, nesse momento, a Caesb não poderia abrir mão de receber o dinheiro equivalente à taxa da água, que desde o ano passado vem sendo pago pela Skol. "Se o acordo não tivesse sido firmado, a Caesb não receberia nenhum tostão até a solução na justiça".

Ainda de acordo com Geraldo Maciel, sua secretaria só tem conhecimento desse caso de isenção de taxa de água em toda área do Distrito Federal. "Reafirmo que, se a caesb não propusesse o acordo, certamente o caso ainda estaria se arrastando na justiça com o prejuízo de ambas as partes".

"Setor industrial tem incentivo"

A situação da Cervejaria Skol pode não ser fato isolado, pois muitas indústrias são implantadas nesta situação, após acordo com o governo. Essa é a opinião do presidente da Associação Comercial do Distrito Federal, Azis Curi, que diz ainda não conhecer fatos concretos sobre o assunto, pois este não está no âmbito da Associação Comercial, o que não lhe permite tomar posição diante do assunto.

Azis Curi diz que, num setor industrial, como é o caso da localização da Skol, quando se implanta uma indústria é necessário que esta ofereça vantagens futuras para a prefeitura. Neste sentido, muitas vezes são feitos acordos entre o governo e a empresa privada. Esses acordos variam, podendo ser na parte de isenção de impostos, terreno vendido por preços

simbólico, ou quaisquer outros tipos de concessões, o que pode ter acontecido entre Skol-Caesb-Governo do DF. Mas afirma ainda o presidente da Associação Comercial do DF, estes acordos podem ser temporários ou vitalícios — o que é difícil de acontecer — principalmente no caso da Skol utilizar a água gratuitamente. Curi cita o exemplo da Cervejaria Brahma, localizada na rodovia Brasília — Anápolis.

Para a instalação desta indústria, houve acordos, como a isenção de impostos pelo prazo de cinco anos, previsto antecipadamente. Esgotado esse prazo, a indústria passou a contribuir normalmente com seus impostos a cumprir as outras partes do acordo vencido, o que atualmente vem revertendo em benefícios compensadores para a prefeitura de Anápolis.